



REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2017

FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAESPE, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 08.077.839/0003-00, qualificado como Organização Social pelo Estado de Goiás pelo **DECRETO Nº 8.541/2016 de 20 de janeiro de 2016**, e **DECRETO Nº 8.816/2016 de 25 de novembro de 2016**, com sede na Rua 17, Nº 461 Quadra: K-10; Lote: 04; Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP 74140-050 - Brasil, Telefone (62) 3095-3171, 3941-8656, torna público que está aberto o **Edital de Chamamento nº 002/2017** para contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ACESSORIA CONTÁBIL, FISCAL, PESSOAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS ATIVIDADES CONGÊNERES A SER EXECUTADO POR MEIO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS**, a ser julgada pela combinação do critério de **MENOR PREÇO** com a **MELHOR TÉCNICA**, para selecionar a proposta mais vantajosa para o objeto do **Chamamento nº 06/2016/SED/GO**, correspondente ao **Lote nº 02**, que engloba os seguintes municípios: **Caiaipônia, Jussara, Mozarlândia, Piranhas, Bom Jardim de Goiás, Diorama, Iporá, Uruana, Itaguaru, Itapuranga, Taquaral, Ceres, Goianésia, Barro Alto, Itapaci, Jaraguá, Padre Bernardo, Pirenópolis, Rubiataba**. Tendo como vencedor **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAESPE**, sendo celebrado **CONTRATO DE GESTÃO 005/2017-SED**, com a Secretaria de Desenvolvimento, conforme especificações constantes dos Anexos deste Edital.

1. DO PRAZO, LOCAL, DATA E HORÁRIO:

1.1. O Local da entrega dos envelopes referenciados no **Item 1.3** será na sub sede da **FUNDAÇÃO ANTARES**, localizado na Rua 17, Nº 484; Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP 74140-050, Brasil. Telefone (62) 3095-3171, 3941-8656.

1.2. O processo de chamamento será realizado do dia **01 de agosto de 2017 a 07 de agosto de 2017**.

1.2. Os documentos de credenciamento, a documentação de Habilitação Jurídica, Habilitação Técnica e da Proposta Técnica e Preço serão recebidos até às **10 horas** do dia **07 de agosto de 2017**, na **FUNDAÇÃO ANTARES**, localizado à Rua 17, Nº 461 Quadra: K-10; Lote: 04; Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP 74140-050 – Brasil. Telefone (62) 3095-3171, 3941-8656.

1.3. Será aceito o envio de envelopes por meio postal, entretanto os mesmos deverão chegar no endereço informado no **Item 1.1** com antecedência de 01 (um) dia da data prevista no **Item 1.3**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Processo de Chamamento todos interessados que atenderem a todas as exigências e condições deste Edital.

2.2. É vedada neste processo a participação de Empresas, na qualidade de proponentes, que:



- a) Sejam Estrangeiras e não funcionem no País.
- b) Estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública em suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

3.1. As Empresas interessadas em participar deste procedimento de chamamento, no dia e horário estabelecidos, deverão apresentar simultaneamente os seguintes documentos, distribuídos em 03 (três) envelopes lacrados, distintos, opacos, devidamente fechados e rotulados, identificados como “**Envelope 1**”, “**Envelope 2**” e “**Envelope 3**”..

3.2. Os envelopes referidos no **Subitem 3.1** deverão estar rotulados externamente com os seguintes informes:

ENVELOPE 01: HABILITAÇÃO JURÍDICA

FUNDAÇÃO ANTARES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 002/2017.

PROPONENTE: RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ.

ENVELOPE 02: HABILITAÇÃO TÉCNICA

FUNDAÇÃO ANTARES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 002/2017.

PROPONENTE: RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ.

ENVELOPE 03: PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO

FUNDAÇÃO ANTARES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 002/2017.

PROPONENTE: RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ.

3.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (ENVELOPE 01):

3.3.1. Referente à **Habilitação Jurídica**, do prestador de serviços, serão exigidos os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF do representante legal da instituição ou de seu procurador, mediante instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, conferindo-lhe amplos poderes de representação em todos os atos e termos do procedimento;

a.1) Documentações dos sócios cotistas ou documento que comprove vínculo empregatício com a Empresa participante;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

c) Prova de Inscrição Estadual, caso não possua, juntar declaração do representante legal da Empresa de que não é contribuinte Estadual;

d) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;



- e) Declaração de conhecimento dos termos do EDITAL DE CHAMAMENTO, firmada pelo representante legal da proponente com firma reconhecida (**modelo anexo**);
- f) Comprovante de Contribuinte Municipal, caso não possua, juntar Declaração do representante legal da Empresa de que não é contribuinte Municipal;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos em relação a tributos estaduais (ICMS) da sede da proponente e perante o Estado de Goiás;
- h) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos municipais do município sede da proponente;
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua expedição (disponível nos portais eletrônicos da Justiça do Trabalho: Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).
- k) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (**CRF**) expedida pela Caixa Econômica Federal;
- l) São válidas as certidões positivas com efeitos de negativas.

3.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA (ENVELOPE 2):

- 3.4.1.** A comprovação que o prestador de serviços possui experiência no âmbito da assessoria contábil voltada para Organizações Sociais, apresentando Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por Organizações Sociais, que comprovem que a Concorrente executa ou executou serviços compatíveis em características com o objeto deste Chamamento, devendo ainda o(s) atestado(s) conter o nome completo do responsável, assinatura com firma reconhecida em cartório do mesmo, sendo pontuado de acordo com o quadro de pontuação inserido no anexo III, deste Edital.
- 3.4.2.** Qualificação técnica do sócio administrador da Concorrente, sendo pontuado de acordo com o quadro de pontuação inserido no anexo III, deste Edital;
- 3.4.3.** Comprovação de disponibilidade de estrutura física adequada para execução do objeto contratual, ou seja, uma sede disponível, com área e mobiliário compatível para execução dos serviços a serem executados.
- 3.4.4.** Ressalta-se que a classificação das Assessorias Contábeis far-se-á em ordem decrescente (maior para o menor), ou seja, resultante da soma dos pontos obtidos, conforme quadro de pontuação apresentado nos anexos III deste Edital.

3.5. DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO (ENVELOPE 03):

3.5.1 A Proposta deverá ser enviada, redigida com clareza, em língua portuguesa, ser cotada em moeda corrente nacional (Real), em algarismos e por extenso. Conforme descrito neste edital deverá conter:

a) Todos os itens técnicos de acordo com o Termo de Referência - Anexo I, em planilha discriminada, contendo os seus respectivos preços e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Edital de Chamamento;

b) Identificação da proponente, com a indicação do nome empresarial, com endereço completo (incluindo CEP), telefone, fax, CNPJ, endereço eletrônico para contato;

c) O prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da proposta.

3.5.2. Ressalta-se que a Proposta deverá conter, quaisquer informações que julgar imprescindíveis para a correta análise da proposta.

3.5.3. A proposta será avaliada com a observância no conjunto de melhor TÉCNICA e PREÇO relativos aos serviços e estrutura ofertados.

3.5.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com este Edital.

3.5.5. A ausência de algum dos documentos exigidos neste Edital, ou ainda a apresentação de documentos vencidos, importará em imediata inabilitação do proponente.

4. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO RECEBIMENTO:

4.1. A documentação COMPLETA mencionada no **Item 3** (DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA) deverá ser entregue no local e nas datas previstas no **Item 1** deste Instrumento.

4.2. A sessão de abertura dos envelopes lacrados ocorrerá no local descrito no **Item 1.2**

4.3. As Empresas que apresentarem proposta para a presente convocação poderão se fazer representar por dirigente ou por procurador mediante instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, conferindo-lhe amplos poderes de representação em todos os atos e termos do procedimento.

4.4. Após o início da sessão pública de abertura dos envelopes, não será permitido o credenciamento de retardatários.

4.5. No local, data e hora designados no **Item 1**, em ato público, será dado início à sessão pública que procederá ao credenciamento dos representantes dos prestadores de serviços presentes, e serão abertos os envelopes concernentes à Documentação de **Habilitação Jurídica (Envelope 1)**, **Habilitação Técnica (Envelope 2)** e **Proposta Técnica e de Preço (Envelope 3)**, sendo que após as necessárias vistas e conferências pela Comissão de Seleção, serão rubricados por essa e pelos representantes das entidades que se fizerem presentes.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO:

5.1. O Edital de Chamamento será processado e julgado, e serão classificadas as propostas que estiverem de acordo com os critérios de avaliação constantes deste Edital.

5.2. Serão desclassificadas as Propostas de Preços:

a) Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

b) Não apresentar todos os elementos exigidos no **Item 3.4, 3.5** deste Edital;

c) Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos insanáveis capazes de dificultar ou impossibilitar o julgamento;



d) Contiver oferta de vantagem não prevista neste Edital ou propostas baseadas nas ofertas das demais proponentes;

e) Consignar preços manifestamente **inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos são compatíveis com a execução do Contrato de Gestão;

5.3. Será declarada vencedora do certame a Empresa especializada de Serviços Gerais proponente cuja proposta tenha sido aceita, observadas, inclusive, a melhor proposta técnica.

5.4. A publicação da vencedora será realizada no website institucional (<http://www.fundacaoantares.com.br/>).

5.5. A FUNDAÇÃO ANTARES, a qualquer tempo que anteceda a celebração do instrumento contratual e a seu exclusivo critério, poderá cancelar o Edital de Chamamento, sem que caibam aos participantes quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

5.6. Do julgamento das propostas (**Envelope 3**) caberá recurso administrativo contra a decisão, de forma escrita e protocolado na Diretoria sendo encaminhado ao Secretário da Entidade no prazo de 2 (dois) dias (corridos). Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

5.7. Não serão considerados os recursos e contrarrazões enviados por fax e correspondência eletrônica (e-mail).

5.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9. Em caso de interposição recursal, será automaticamente suspenso o prazo para homologação, até que haja julgamento do mérito recursal, e confirmação da Empresa vencedora.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços e executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;

6.2. A CONTRATADA deverá considerar as decisões ou sugestões da CONTRATANTE sempre que as mesmas contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;

6.3. Os ônus fiscais do CONTRATO serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive a responsabilidade de desdobramentos da fatura, retenção de tributos de sua responsabilidade, distribuição de créditos individuais a seus cooperados, com os quais a CONTRATANTE não tem qualquer vínculo laboral.

6.4. Na hipótese de alteração na sistemática estabelecida deverá primeiramente ser submetida à consideração da CONTRATANTE, com respectiva justificativa a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.

6.5. A CONTRATADA deverá respeitar e fazer com que sejam respeitadas as normas atinentes ao funcionamento da CONTRATANTE e aquelas relativas ao objeto do presente Contrato.

6.6. A CONTRATADA será vedada a transferência e a subcontratação da prestação dos serviços do objeto do presente Contrato a terceiros, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, sem prévia anuência e por escrito, da CONTRATANTE.

- 6.7.** A CONTRATADA manterá, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, qualificação técnica e cumprimento da proposta.
- 6.8.** A CONTRATADA compromete-se a cuidar da regularidade obrigacional derivada de eventual vínculo e subordinação com o pessoal envolvido direta ou indiretamente na execução deste Contrato, adimplindo com toda e qualquer obrigação fiscal e trabalhista decorrente da prestação de serviços dos seus cooperados/funcionários, principalmente no que tange a ISS, PIS, COFINS, FGTS e INSS.
- 6.9.** A CONTRATADA compromete-se a adimplir com toda e qualquer obrigação trabalhista que eventualmente venha a ser reconhecida judicialmente ou administrativamente por qualquer órgão administrativo e/ou fiscalização.
- 6.10.** A CONTRATADA manterá o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou de que tome conhecimento durante a prestação dos serviços.
- 6.11.** A CONTRATADA irá sanar eventuais irregularidades ou correções apontadas pela CONTRATANTE quanto apresentação de relatórios e/ou de cada etapa dos serviços.
- 6.12.** A CONTRATADA deverá providenciar a emissão dos documentos de cobrança (notas fiscais), de acordo com os valores contratados, no primeiro dia útil subsequente do mês da efetiva prestação do serviço, no qual deverá vir instruído com todas as certidões de regularidade exigidas no momento da contratação, sob pena de não ser efetuado o pagamento enquanto perdurarem as pendências fiscais.
- 6.13.** Responder aos órgãos públicos fiscalizadores, quando diretamente procurado por este, obrigando-se a informar, explicar ou complementar o trabalho apresentado por sua solicitação.
- 6.14.** Produzir e submeter à CONTRATANTE, junto com a Nota Fiscal, relatório analítico que contenha o resumo das atividades prestadas.
- 6.15.** Informar no corpo da Nota Fiscal o número deste Contrato, bem como o número do Contrato de Gestão a ser assinado e as competências a que se refere a prestação dos serviços, sob pena de não ser pago o valor referente a Nota Fiscal caso não contenha estas informações.
- 6.16.** Dar esclarecimentos sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, a contar do recebimento de notificação para tal mister.
- 6.17.** A CONTRATADA deverá assumir para si qualquer responsabilidade civil sobre eventuais erros cometidos durante a execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 6.18.** Submeter-se à fiscalização a ser realizada pela CONTRATANTE, ou qualquer órgão fiscalizador, relativa à prestação dos serviços pactuados, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização da CONTRATANTE.
- 6.19.** Prestar informações, escritas e verbais, completas e fidedignas necessárias para assegurar a continuidade da assistência.
- 6.20.** A CONTRATADA deverá assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CONTRATANTE.
- 6.21.** A CONTRATADA deverá exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos.

6.22. A empresa deverá desenvolver os elementos necessários para a adequada prestação do serviço.

6.23. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. Verificar a adequação da prestação do serviço realizada pela CONTRATADA, com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade em relação aos serviços solicitados pela CONTRATANTE.

7.2. Fiscalizar a qualidade e teor dos serviços prestados através de documentos emitidos pela CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

7.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

8. DO CONTRATO FIRMADO:

8.1. As obrigações decorrentes do presente Chamamento serão firmadas através da assinatura de termo de contrato de prestação de serviços, do qual fará parte, independentemente de transcrição, o presente Edital, seus anexos e a proposta do Contratado, no que couber.

8.2. Homologado o chamamento o proponente vencedor será convocado formalmente, para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, apresentar novas certidões de regularidade e, sendo estas válidas, retirar, assinar e devolver o instrumento contratual.

8.3. A critério do **FUNDAÇÃO ANTARES**, A minuta poderá, ser encaminhada via e-mail.

9. DA VIGENCIA DO CONTRATO

9.1. O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos mediante aceitação de ambas as partes através de Termo Aditivo.

9.2. Para definição do valor global do contrato tem-se a seguinte composição:

Serviços de Implantação: <ul style="list-style-type: none">➤ Implantação Contabilidade➤ Implantação Prestação de Contas
Pessoal: <ul style="list-style-type: none">➤ Até 30 processamentos➤ Acima de 30 processamentos, valor por funcionário➤ Rescisões, valor por ato
Serviços de Contabilidade: <ul style="list-style-type: none">➤ Honorário de Responsabilidade Técnica – Mensal➤ Honorário de Responsabilidade Técnica – Balanço Anual

Serviços de Prestação de Contas:

- Honorário de Responsabilidade Técnica – Prestação de Contas Mensal
- Honorário de Responsabilidade Técnica – Prestação de Contas Anual

9.2. Os preços deverão ser discriminados da forma abaixo, tendo como parâmetro os preços da tabela acima, conforme pesquisa de mercado, levando em consideração a vigência do contrato:

a) Valor de Implantação

b) Valor global mensal (será composto do total de serviço pessoal – considerando o valor até 30 (trinta) processamentos, serviços de contabilidade e serviços de prestação de contas)

c) Valor global do contrato para 12 (doze) meses, considerando valor mensal, multiplicado pela quantidade de meses.

d) Valor individual por funcionário que, no serviço pessoal, ultrapassar os 30 (trinta) processamentos

e) Valor por ato de rescisão.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. As normas que disciplinam este Edital de Chamamento Público serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança jurídica do futuro contrato avençado.

10.2. Em nome do interesse público, e por meio de ato fundamentado, assinado pelo Presidente do **FUNDAÇÃO ANTARES**, poderão ser modificados os termos do presente Edital, caso em que, havendo necessidade de readequação das propostas financeiras, deverá ser promovida a republicação deste Instrumento, com a reabertura de prazo para a apresentação de novas propostas.

10.3. É facultada a **FUNDAÇÃO ANTARES**, em qualquer fase do procedimento de chamamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento e/ou informação que deveria constar da Proposta originalmente apresentada.

10.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, será ela automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Seleção do Chamamento em sentido contrário.

10.5. A **FUNDAÇÃO ANTARES** poderá, em qualquer fase do Edital de Chamamento, suspender os trabalhos, mediante ato fundamentado, devendo promover o registro da fundamentação e a convocação dos participantes para a sua continuidade em momento oportuno.

10.6. Quaisquer documentos, obtidos via internet, poderão ter os seus dados conferidos pela **FUNDAÇÃO ANTARES**.

10.7. A Empresa participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, podendo a **FUNDAÇÃO ANTARES** inabilitá-la ou desclassificá-la, conforme o caso, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados.

10.8. A **FUNDAÇÃO ANTARES** poderá revogar o presente procedimento de chamamento público por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, bem como deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, tudo mediante decisão fundamentada.

10.9. A revogação ou anulação do procedimento de Chamamento não gera obrigação de indenizar qualquer custos relativos à participação neste certame.

10.10. A participação da Empresa no processo de Chamamento implica sua aceitação integral e irretroatável dos termos, cláusulas, condições e anexos do presente instrumento, que passarão a integrar o Contrato de Gestão como se transcrito fosse, com lastro na legislação referida no preâmbulo, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de chamamento e execução do Contrato de Gestão.

10.11. A Empresa vencedora deste processo deverá apresentar as seguintes certidões, a título de pagamento pelo serviço prestado:

a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) expedida pela Caixa Econômica Federal;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos em relação a tributos estaduais (ICMS) da sede da proponente e perante o Estado de Goiás;

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos municipais do município sede da proponente;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua expedição (disponível nos portais eletrônicos da Justiça do Trabalho [Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho]).

10.12. O início da prestação de serviços serão condicionados à convocação da Empresa vencedora.



10.13. Integram o presente Instrumento os seguintes **ANEXOS**:

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS TERMOS DESTE EDITAL

ANEXO III – QUADRO DE CRITÉRIO PARA PONTUAÇÃO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Goiânia-GO, 01 de agosto de 2017.

**MARLENE FALCÃO SILVA MICLOS
PRESIDENTE – FUNDAÇÃO ANTARES**

**WILSON ADRIANO DE SÁ
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO
FUNDAÇÃO ANTARES**



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. **DO OBJETO:** Contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL, PESSOAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS ATIVIDADES CONGÊNERES A SER EXECUTADO POR MEIO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS**, a ser julgada pela combinação do critério de **MENOR PREÇO** com a **MELHOR TÉCNICA**, para atender às necessidades da **FAESPE**, concernente ao objeto do Chamamento nº 06/2016/SED/GO, correspondente ao Lote nº 2, que engloba os seguintes municípios: **Caiaônia, Jussara, Mozarlândia, Piranhas, Bom Jardim de Goiás, Diorama, Iporá, Uruana, Itaguaru, Itapuranga, Taquaral, Ceres, Goianésia, Barro Alto, Itapaci, Jaraguá, Padre Bernardo, Pirenópolis, Rubiataba**. Sob a gestão do **FAESPE - CONTRATO DE GESTÃO 005/2017-SED**, realizado em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento.

2. DA JUSTIFICATIVA E CONTRATAÇÃO:

2.1. A **FUNDAÇÃO ANTARES**, ressalta-se que foi firmado **CONTRATO DE GESTÃO 005/2017-SED**, sendo este o vencedor do **Chamamento nº 06/2016/SED**, correspondente ao **Lote nº 2** será o responsável pela execução de serviços em educação profissional tecnológica e desenvolvimento tecnológico no Estado de Goiás condizente aos Municípios contemplados, deste anexo, consubstanciadas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, ofertadas por meio de cursos e programas de formação inicial continuada ou qualificação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, das ações de desenvolvimento e inovação tecnológica - DIT, por meio de atividades de transferência de tecnologia, prestação de serviços tecnológicos e promoção e fortalecimento de ambientes de inovação, bem como as atividades de apoio auxiliares ao setor produtivo, sendo assim sua função deve ser percebida de forma correta e ampla pela sociedade da região, todo o esforço da administração com bons profissionais, instalações corretas, equipamentos e procedimentos adequados, será ainda mais eficaz quando amparada por uma assessoria jurídica, para dar sustentação jurídica às atividades correlatas, com a função de orientar, disciplinar, fiscalizar e zelar pela fiel observância dos princípios éticos e disciplinares, para que a percepção dos usuários, familiares, funcionários e sociedade seja a mais positiva possível.

3. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

3.1. Ocorre que é indubitável e necessária a contratação de profissionais prestadores de serviços, conforme descritos no objeto de contratação deste edital, para amparar e permitir a **FUNDAÇÃO ANTARES** o devido cumprimento das metas, nos termos do **Contrato de Gestão**, disponibilizando assim à população do estado de Goiás um ensino de qualidade, compreendendo um conjunto de atendimentos educacionais, incluindo-se todos os cursos oferecidos e metodologia aplicada para melhoria da qualidade de ensino, visando à ampliação do conhecimento da população da região descrita no objeto deste edital.

4. DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

4.1. SERVIÇOS FISCAIS:

MUNICIPAIS:

- Elaboração de Livros de Registros de Serviços Prestados;
- Apuração e preenchimento das guias dos impostos Municipais;
- Elaboração da Declaração Mensal de ISSQN Retido com fornecimento da Guia para recolhimento dos valores retidos.

ESTADUAIS:

- Análise e orientação para o correto atendimento das normas estaduais, principalmente no tocante ao DIFAL sobre aquisições de mercadorias de fora do estado de Goiás.

FEDERAIS:

Apuração e preenchimento dos DARF's para recolhimentos de:

- IRRF- Imposto de renda retido na fonte;
- PIS – Programa de Integração Social

Apuração, preenchimento e entrega de:

- ECF – Escrituração Contábil Fiscal;
- ECD – Escrituração Contábil Digital
- DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na fonte;
- DCTF – Declaração de tributos de Renda Retido na fonte;

4.2. SERVIÇOS E ROTINAS TRABALHISTAS:

Registro, manutenção e atualização na admissão de funcionários:

- Registro de Livros junto ao Ministério do Trabalho;
- Livro/ Fichas de Registro de Empregados;
- Livro Registro de Inspeção do Trabalho.
- Livro/ Ficha de Registro de Empregados;
- CTPS – Carteira de trabalho e Previdência Social;
- Contrato de Experiência;
- Opção pelo FGTS – Fundo de Garantia pó Tempo de Serviços;
- Ficha de Salário Família;
- Termo de Responsabilidade;
- Cadastramento de funcionários junto ao PIS/CEF;
- **CAGED** – Cadastro geral de Empregados e Desempregados.
- Preenchimento, elaboração e entrega de documentos necessários à demissão dos funcionários da (o) contratante, conforme as normas e determinações da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho.
- Atualização regular dos documentos, livros ou fichas de registro de empregados e da CTPS dos funcionários da (o) Contratante, conforme as normas e regulamentos da CLT, MTPS e do INSS.

Elaboração e entrega de:

- Recibos de Pagamento dos Funcionários;
- Folha Resumo de Pagamentos;

- Recibo de Férias;
- Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho dos funcionários da (o) Contratante;

Cálculo e Preenchimento:

Emissão de encargos sociais;

- **GPS** – Guia de Recolhimento da Previdência Social;
- **FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Guia de Contribuição Sindical dos Funcionários e da (o) Contratante;

Cumprimento de todas as obrigações acessórias, tais como entrega:

- **CAGED**
- **RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais.
- **DIRF**

Entre outras obrigações previstas na legislação.

OUTROS SERVIÇOS:

- Atendimento de Fiscalização
- Atendimento de Auditoria Interna e Externa

4.3. SERVIÇOS CONTÁBEIS:

Escrituração Contábil dos Livros:

- Recepção e conferência dos documentos;
- Conciliação bancária;
- Classificação Contábil de toda documentação;
- Emissão de balancetes;
- Elaboração de balanço anual e demonstrações contábeis obrigatórias, principalmente:
- Livro Diário;
- Razão;
- Realizar orientações técnicas, conforme as normas, leis e regulamentos.
- Orientação para arquivamento e controle da documentação contabilizadas

Escrituração fiscal:

- Escrituração de livros fiscais;
- Entrega das declarações fiscais e demais obrigações acessórias que se fizerem necessárias;
- Atendimento das demais exigências previstas na legislação, bom como de eventuais procedimentos fiscais.

Outros Serviços:

- Atendimento de Fiscalização externa
- Atendimento de Auditoria Interna e Externa

4.4. SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS:

- Apoio na Elaboração das prestações de contas periódicas conforme normatização do contratante;
- Atendimento de Diligências.



4.5. APOIO NA IMPLANTAÇÃO DAS ROTINAS OPERACIONAIS.

5. DA EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

5.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade, da CONTRATADA.

5.2. A qualidade dos serviços prestados deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas cabíveis ao caso.

5.3. A empresa contratada deverá realizar os serviços, em suas dependências e nas dependências da contratante disponibilizadas para tal finalidade

Goiânia, 01 de agosto de 2017.

**MARLENE FALCÃO SILVA MICLOS
PRESIDENTE – FUNDAÇÃO ANTARES**

**WILSON ADRIANO DE SÁ
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO
FUNDAÇÃO ANTARES**



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO

A
Devidamente inscrita sob o CNPJ nº declara,
ter total conhecimento e concorda com os termos e anexos do processo seletivo nº
_____/2017 disponibilizado pelo **FUNDAÇÃO ANTARES**.

Assinatura do representante legal da empresa
Nome da Empresa

ANEXO III

ANEXO III – QUADRO DE CRITÉRIO PARA PONTUAÇÃO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Item	Sócio Administrado - Título/Experiência	Quantidade máxima de títulos	Pontos por títulos	Pontuação Máxima
A	Especialização, ou pós-graduação, no país ou no exterior, na área de atuação escolhida com duração mínima de 360h*.	01	2,0	2,0
B	Certificado e Conclusão de Curso de Educação Continuada na área contábil, com no mínimo 40 (quarenta) horas.	01	3,0	3,0
C	Título de Doutorado, no país ou no exterior.	01	4,0	4,0
TOTAL				9,0

Item	Comprovação de Experiência Título/Experiência	Quantidade	Pontos	Pontuação Máxima
I	Ter executado serviços para Organização Social ou Fundação Pública ou Privada	01	3,0	3,0
II	Ter executado serviços para Organização Social ou Fundação Pública ou Privada	03	6,0	6,0
III	Ter executado serviços para Organização Social ou Fundação Pública ou Privada	Superior a 03	9,0	9,0
TOTAL				18,0

Item	Disponibilidade de Estrutura Física adequada para Execução do Objeto Contratual	Quantidade	Pontos	Pontuação Máxima
A	Estrutura física apropriada	01	9,0	9,0
TOTAL				9,0



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si celebram a **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAESPE** e a empresa, para Prestação de Serviços Continuados de Limpeza, Conservação, higienização e de Serviços Gerais na forma abaixo:

Pelo presente instrumento de contrato, que firmam entre sí, celebram a **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAESPE**, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 08.077.839/0003-00, qualificado como Organização Social pelo Estado de Goiás pelo **DECRETO Nº 8.541/2016 de 20 de janeiro de 2016**, e **DECRETO Nº 8.816/2016 de 25 de novembro de 2016**, com sede na Rua 17, Nº 461 Quadra: K-10; Lote: 04; Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP 74140-050, Brasil, Telefone (62) 3095-3171, 3941-8656, torna público que está aberto o **Edital de Chamamento nº 002/2017** para contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL, PESSOAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS ATIVIDADES CONGÊNERES A SER EXECUTADO POR MEIO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS**, a ser julgada pela combinação do critério de **MENOR PREÇO** com a **MELHOR TÉCNICA**, para selecionar a proposta mais vantajosa para o objeto do **Chamamento nº 06/2016/SED/GO**, correspondente ao **Lote nº 02**, que engloba os seguintes municípios: **Caiaopônia, Jussara, Mozarlândia, Piranhas, Bom Jardim de Goiás, Diorama, Iporá, Uruana, Itaguaru, Itapuranga, Taquaral, Ceres, Goianésia, Barro Alto, Itapaci, Jaraguá, Padre Bernardo, Pirenópolis, Rubiataba**. Tendo como vencedor **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAESPE**, sendo celebrado **CONTRATO DE GESTÃO 005/2017-SED**, com a Secretaria de Desenvolvimento, conforme especificações constantes dos Anexos deste Edital. Respectivamente, denominada CONTRATANTE e CONTRATADA ajustam:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1. DO OBJETO: Por este instrumento O(A) CONTRATADO(A) se compromete a prestar à CONTRATANTE, através do **EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL, PESSOAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS ATIVIDADES CONGÊNERES A SER EXECUTADO POR MEIO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS**, em conformidade Edital de Chamamento nº. 002/2017.

1.1. É de obrigação da CONTRATADA desenvolver por meio de elementos necessários a correta e adequada prestação de serviços.

1.2. Em razão da prestação dos serviços firmada não irá gerar vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se, inclusive, qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

2.1. SERVIÇOS FISCAIS:

MUNICIPAIS:

- Elaboração de Livros de Registros de Serviços Prestados; à apuração e preenchimento das guias dos impostos Municipais;
- Elaboração da Declaração Mensal de ISSQN Retido com fornecimento da Guia para recolhimento dos valores retidos.

ESTADUAIS:

- Análise e orientação para o correto atendimento das normas estaduais, principalmente no tocante ao DIFAL sobre aquisições de mercadorias de fora do estado de Goiás.

FEDERAIS:

Apuração e preenchimento dos DARF's para recolhimentos de:

- IRRF- Imposto de renda retido na fonte;
- PIS – Programa de Integração Social

Apuração, preenchimento e entrega de:

- ECF – Escrituração Contábil Fiscal;
- ECD – Escrituração Contábil Digital
- DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na fonte;
- DCTF – Declaração de tributos de Renda Retido na fonte;

2.2. SERVIÇOS E ROTINAS TRABALHISTAS:

Registro, manutenção e atualização na admissão de funcionários:

- Registro de Livros junto ao Ministério do Trabalho;
- Livro/ Fichas de Registro de Empregados;
- Livro Registro de Inspeção do Trabalho.
- Livro/ Ficha de Registro de Empregados;
- CTPS – Carteira de trabalho e Previdência Social;
- Contrato de Experiência;
- Opção pelo FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviços;
- Ficha de Salário Família;
- Termo de Responsabilidade;
- Cadastramento de funcionários junto ao PIS/CEF;
- **CAGED** – Cadastro geral de Empregados e Desempregados.
- Preenchimento, elaboração e entrega de documentos necessários à demissão

dos funcionários da (o) contratante, conforme as normas e determinações da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho.

- Atualização regular dos documentos, livros ou fichas de registro de empregados e da CTPS dos funcionários da (o) Contratante, conforme as normas e regulamentos da CLT, MTPS e do INSS.

Elaboração e entrega de:

- Recibos de Pagamento dos Funcionários;
- Folha Resumo de Pagamentos;
- Recibo de Férias;
- Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho dos funcionários da (o) Contratante;

Cálculo e Preenchimento:

Emissão de encargos sociais;

- **GPS** – Guia de Recolhimento da Previdência Social;
- **FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Guia de Contribuição Sindical dos Funcionários e da (o) Contratante;

Cumprimento de todas as obrigações acessórias, tais como entrega:

- **CAGED**
- **RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais.
- **DIRF**

Entre outras obrigações previstas na legislação.

OUTROS SERVIÇOS:

- Atendimento de Fiscalização
- Atendimento de Auditoria Interna e Externa

2.3. SERVIÇOS CONTABÉIS:

Escrituração Contábil dos Livros:

- Recepção e conferência dos documentos;
- Conciliação bancária;
- Classificação Contábil de toda documentação;
- Emissão de balancetes;
- Elaboração de balanço anual e demonstrações contábeis obrigatórias, principalmente:
- Livro Diário;
- Razão;
- Realizar orientações técnicas, conforme as normas, leis e regulamentos.
- Orientação para arquivamento e controle da documentação contabilizadas

Escrituração fiscal:

- Escrituração de livros fiscais;
- Entrega das declarações fiscais e demais obrigações acessórias que se fizerem necessárias;
- Atendimento das demais exigências previstas na legislação, bom como de eventuais procedimentos fiscais.

Outros Serviços:

- Atendimento de Fiscalização externa
- Atendimento de Auditoria Interna e Externa

2.4. SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS:

- Apoio na Elaboração das prestações de contas periódicas conforme normatização do contratante;
- Atendimento de Diligências.

2.5. APOIO NA IMPLANTAÇÃO DAS ROTINAS OPERACIONAIS.**CLÁUSULA TERCEIRA:****3. DA EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

3.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade, da CONTRATADA.

3.2. A qualidade dos serviços prestados deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas cabíveis ao caso.

3.3. A empresa contratada deverá realizar os serviços, em suas dependências e nas dependências da contratante disponibilizadas para tal finalidade

CLÁUSULA QUARTA:**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.1. A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços e executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;

6.2. A CONTRATADA deverá considerar as decisões ou sugestões da CONTRATANTE sempre que as mesmas contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;

6.3. Os ônus fiscais do CONTRATO serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive a responsabilidade de desdobramentos da fatura, retenção de tributos de sua responsabilidade, distribuição de créditos individuais a seus cooperados, com os quais a CONTRATANTE não tem qualquer vínculo laboral.

6.4. Na hipótese de alteração na sistemática estabelecida deverá primeiramente ser submetida à consideração da CONTRATANTE, com respectiva justificativa a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.

6.5. A CONTRATADA deverá respeitar e fazer com que sejam respeitadas as normas atinentes ao funcionamento da CONTRATANTE e aquelas relativas ao objeto do presente Contrato.

6.6. A CONTRATADA será vedada a transferência e a subcontratação da prestação dos serviços do objeto do presente Contrato a terceiros, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, sem prévia anuência e por escrito, da CONTRATANTE.

- 6.7.** A CONTRATADA manterá, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, qualificação técnica e cumprimento da proposta.
- 6.8.** A CONTRATADA compromete-se a cuidar da regularidade obrigacional derivada de eventual vínculo e subordinação com o pessoal envolvido direta ou indiretamente na execução deste Contrato, adimplindo com toda e qualquer obrigação fiscal e trabalhista decorrente da prestação de serviços dos seus cooperados/funcionários, principalmente no que tange a ISS, PIS, COFINS, FGTS e INSS.
- 6.9.** A CONTRATADA compromete-se a adimplir com toda e qualquer obrigação trabalhista que eventualmente venha a ser reconhecida judicialmente ou administrativamente por qualquer órgão administrativo e/ou fiscalização.
- 6.10.** A CONTRATADA manterá o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou de que tome conhecimento durante a prestação dos serviços.
- 6.11.** A CONTRATADA irá sanar eventuais irregularidades ou correções apontadas pela CONTRATANTE quanto apresentação de relatórios e/ou de cada etapa dos serviços.
- 6.12.** A CONTRATADA deverá providenciar a emissão dos documentos de cobrança (notas fiscais), de acordo com os valores contratados, no primeiro dia útil subsequente do mês da efetiva prestação do serviço, no qual deverá vir instruído com todas as certidões de regularidade exigidas no momento da contratação, sob pena de não ser efetuado o pagamento enquanto perdurarem as pendências fiscais.
- 6.13.** Responder aos órgãos públicos fiscalizadores, quando diretamente procurado por este, obrigando-se a informar, explicar ou complementar o trabalho apresentado por sua solicitação.
- 6.14.** Produzir e submeter à CONTRATANTE, junto com a Nota Fiscal, relatório analítico que contenha o resumo das atividades prestadas.
- 6.15.** Informar no corpo da Nota Fiscal o número deste Contrato, bem como o número do Contrato de Gestão a ser assinado e as competências a que se refere a prestação dos serviços, sob pena de não ser pago o valor referente a Nota Fiscal caso não contenha estas informações.
- 6.16.** Dar esclarecimentos sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, a contar do recebimento de notificação para tal mister.
- 6.17.** A CONTRATADA deverá assumir para si qualquer responsabilidade civil sobre eventuais erros cometidos durante a execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 6.18.** Submeter-se à fiscalização a ser realizada pela CONTRATANTE, ou qualquer órgão fiscalizador, relativa à prestação dos serviços pactuados, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização da CONTRATANTE.
- 6.19.** Prestar informações, escritas e verbais, completas e fidedignas necessárias para assegurar a continuidade da assistência.
- 6.20.** Fornecer mão de obra profissional qualificada, conforme objeto do contrato;
- 6.21.** A CONTRATADA deverá assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CONTRATANTE.

6.22. A CONTRATADA deverá exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos.

6.23. A empresa deverá desenvolver os elementos necessários para a adequada prestação do serviço.

6.24. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA QUINTA:

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. Dar conhecimento a CONTRATADA informações de quaisquer fatos que possam afetar a execução do objeto do contrato.

5.2. Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados.

5.3. Verificar a adequação da prestação do serviço realizada pela CONTRATADA, com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade.

5.4. Fiscalizar o teor dos serviços prestados através de documentos emitidos pela CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas informações e especificações técnicas.

5.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

5.6. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato e ainda:

CLÁUSULA SEXTA:

6. DO VALOR CONTRATADO:

6.1 Pelos serviços aqui avençados, pagará a CONTRATANTE ao(a) CONTRTADO(A), a importância estimada de <VL_Total> , considerando-se o valor de <VL_Mens> mensais, que serão pagos mediante planilhas que comprovarão a execução dos serviços.

CLÁUSULA SETIMA:

7. DAS VIGENCIA DO CONTRATO

7.1 O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos mediante aceitação de ambas as partes através de Termo Aditivo.

7.2. Para definição do valor global do contrato tem-se a seguinte composição:

Serviços de Implantação: <ul style="list-style-type: none">➤ Implantação Contabilidade➤ Implantação Prestação de Contas
Pessoal: <ul style="list-style-type: none">➤ Até 30 processamentos➤ Acima de 30 processamentos, valor por funcionário➤ Rescisões, valor por ato
Serviços de Contabilidade: <ul style="list-style-type: none">➤ Honorário de Responsabilidade Técnica – Mensal➤ Honorário de Responsabilidade Técnica – Balanço Anual
Serviços de Prestação de Contas: <ul style="list-style-type: none">➤ Honorário de Responsabilidade Técnica – Prestação de Contas Mensal➤ Honorário de Responsabilidade Técnica – Prestação de Contas Anual

7.3. Os preços deverão ser discriminados da forma abaixo, tendo como parâmetro os preços da tabela acima, conforme pesquisa de mercado, levando em consideração a vigência do contrato:

- a) Valor de Implantação
- b) Valor global mensal (será composto do total de serviço pessoal – considerando o valor até 30 (trinta) processamentos, serviços de contabilidade e serviços de prestação de contas)
- c) Valor global do contrato para 12 (doze) meses, considerando valor mensal, multiplicado pela quantidade de meses.
- d) Valor individual por funcionário que, no serviço pessoal, ultrapassar os 30 (trinta) processamentos
- e) Valor por ato de rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

8. DO PAGAMENTO E PRAZOS DE PAGAMENTO:

8.1. Após a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá protocolizar a Nota Fiscal/Fatura correspondente na **FUNDAÇÃO ANTARES**

8.2. Deverá ser indicado, no corpo da Nota Fiscal ou Fatura, o número do processo Chamamento da contratação da **FUNDAÇÃO ANTARES** e o número do contrato a que se refere, para facilitar a remessa do documento para atestação pelo Gestor.

8.3. Os pagamentos serão efetuados em até o 20º (vigésimo) dia após a protocolização e aceitação pela CONTRATANTE das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo Gestor do **FUNDAÇÃO ANTARES** com base nos serviços efetivamente realizados.

8.4. Pagamento da remuneração e das contribuições sociais (FGTS e INSS), correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados.



8.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no **Item 8.3** passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.7. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a CONTRATADA efetuará as devidas retenções nos pagamentos.

8.8. Para a emissão da Nota Fiscal/Fatura, o número do CNPJ da **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAESPE**, inscrita no CNPJ 08.077.839/0003-00.

CLÁUSULA NONA

9. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

9.1 O valor do presente contrato não poderá ser alterado, exceto nos casos de acréscimo ou supressão do serviços, mediante apresentação de justificativa técnica de uma das partes devidamente avaliada e aprovada pela a parte provocada, limitada qualquer acréscimo ou supressão ao limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DECIMA

10. DAS SANÇÕES

10.1. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções referidas no **Item 10.1**, à multa de mora graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.

10.2. A CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de concorrer contratar com as referidas Organizações Sociais, pelo prazo de **2 (dois) anos**, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

10.3. O contratado que praticar infração prevista no **Item 10.2**, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.



10.4. Qualquer penalidade aplicada ao candidato a cadastramento, ao concorrente ou ao contratado será informada, imediatamente, à unidade gestora de serviço de registro cadastral da SED.

10.5. Cada parte será responsável isoladamente pelos atos que der causa, respondendo perante quem de direito, inclusive pelos atos praticados por prepostos que agirem legalmente em seu nome e, particularmente, com relação as obrigações legais, fiscais e econômicas que der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. – DA RESCISÃO

11.1. Constituem motivos de rescisão unilateral pela CONTRATANTE:

11.2. O não cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

11.3. Em caso de reajuste, a falta de acordo quanto ao percentual a ser efetuado.

11.4. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos pela CONTRATADA.

11.5. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, bem como a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços estipulados.

11.6. O atraso injustificado no início dos serviços.

11.7. A paralisação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

11.8. A subcontratação total ou parcial do objeto do presente Contrato sem prévia anuência, por escrito, da CONTRATANTE; a associação da CONTRATADA com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado, a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA.

11.9. O cometimento reiterado de falhas na sua execução, anotadas em registro próprio, pela Coordenação da CONTRATANTE.

11.10. A dissolução da sociedade Cooperativa ou da empresa contratada.

11.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução deste Contrato.

11.12. O término do Contrato de Gestão 05/2017-SED.

11.13. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

11.14. Constituem motivos de rescisão do Contrato pela CONTRATADA:

11.14.1. O descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATANTE.



11.14.2 Atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, com termo inicial no final do prazo previsto para o pagamento, nos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços executados, desde que haja havido o repasse do Contrato de Gestão, correspondente ao mês da efetiva prestação do serviço por parte da Secretaria de Desenvolvimento.

11.15. Constituem motivos de rescisão por ambas as partes sem qualquer pagamento indenizatório:

11.16. O término do prazo contratual.

11.16.1 O desinteresse de qualquer das partes na continuidade do Contrato, reduzida a termo, observado o prazo de 30 (trinta) dias de denúncia.

Parágrafo Único. A declaração de rescisão contratual deve ser expressamente comunicada à outra parte, com exposição dos motivos que a ensejaram, estabelecendo as partes que a simples correspondência, mediante recibo, é suficiente para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DO FORO

12.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da Comarca desta Capital, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência, sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que uma vez assinadas e rubricadas passam a surtir seus legais efeitos

Goiânia-GO, aos ----- de ----- de 2017

CONTRATANTE
FUNDAÇÃO ANTARES

CONTRATADA
EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____